

DECOMTEC

Área de Competitividade

Análise da Penetração das Importações Chinesas no Mercado Brasileiro

Equipe Técnica

24 de julho de 2008



PRESIDENTE

Paulo Skaf

DECOMTEC**DIRETOR TITULAR**

José Ricardo Roriz Coelho

DIRETOR TITULAR ADJUNTO

Pierangelo Rossetti

DIRETORIA

Airton Caetano
Almir Daier Abdalla
André Luis Romi
Carlos William de Macedo Ferreira
Cássio Jordão Motta Vecchiatti
Christina Veronika Stein
Cláudio Grineberg
Cláudio José de Góes
Cláudio Sidnei Moura
Cristiano Veneri Freitas Miano (Representante do CJE)
Denis Perez Martins
Dimas de Melo Pimenta III
Donizete Duarte da Silva
Eduardo Berkovitz Ferreira
Eduardo Camillo Pachikoski
Elias Miguel Haddad
Eustáquio de Freitas Guimarães
Francisco Florindo Sanz Esteban
Francisco Xavier Lopes Zapata
João Luiz Fedricci
Jorge Eduardo Suplicy Funaro
Lino Goss Neto
Luiz Carlos Tripodo
Manoel Canosa Miguez
Marcelo Gebara Stephano (Representante do CJE)
Marco Aurélio de Almeida Rodrigues
Mário William Esper
Nelson Luis de Carvalho Freire
Newton Cyrano Scartezini
Octaviano Raymundo Camargo Silva
Olívio Manuel de Souza Ávila
Rafael Cervone Netto
Robert William Velasquez Salvador (Rep. do CJE)
Roberto Musto
Ronaldo da Rocha
Stefano de Angelis
Thaisa Lamana Mendes de Carvalho Vasone
Walter Bartels

ÁREA DE COMPETITIVIDADE**GERENTE**

Renato Corona Fernandes

EQUIPE TÉCNICA

Egídio Zardo Junior
Fernando Momesso Pelai
Guilherme Riccioppo Magacho
José Leandro de Resende Fernandes
Marcello Muniz da Silva
Paulo Henrique Rangel Teixeira
Paulo Sergio Pereira da Rocha
Pedro Guerra Duval Kobler Corrêa
Silas Lozano Paz
Vanderléia Radaelli

ESTAGIÁRIA

Franciny Dornas de Andrade

APOIO

Maria Cristina Bhering Monteiro Flores

Apresentação

O objetivo deste trabalho é analisar a penetração das importações industriais chinesas no mercado nacional à luz do ambiente competitivo que nossas empresas enfrentam vis a vis as concorrentes chinesas.

Mais do que determinar setores afetados pela diferença do ambiente competitivo que temos em relação à economia chinesa, este trabalho mostra a importância da coerência entre a política macroeconômica e a política industrial.

Ambas devem colaborar para o barateamento do custo dos investimentos e para a desoneração tributária, o que tem por objetivo não a proteção pura e simples de setores mas principalmente a isonomia do ambiente de negócios em que as empresas competem.

É importante notar que a desvalorização cambial esconde o real aumento da participação dos produtos chineses no mercado brasileiro. Isso porque o cálculo do grau de penetração é feito usando-se valores e não quantidades. Em outras palavras, ao reduzir o preço em Reais dos produtos chineses, a valorização cambial reduz o aumento dos valores e escamoteia o grande aumento da quantidade importada. Além disso, devemos notar também que os valores das importações referem-se ao comércio formal apenas.

Esperamos, com isso, contribuir para a busca de soluções que aumentem a competitividade da indústria nacional fortalecendo e o bem estar dos cidadãos brasileiros.

José Ricardo Roriz Coelho

Diretor Titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia – DECOMTEC.

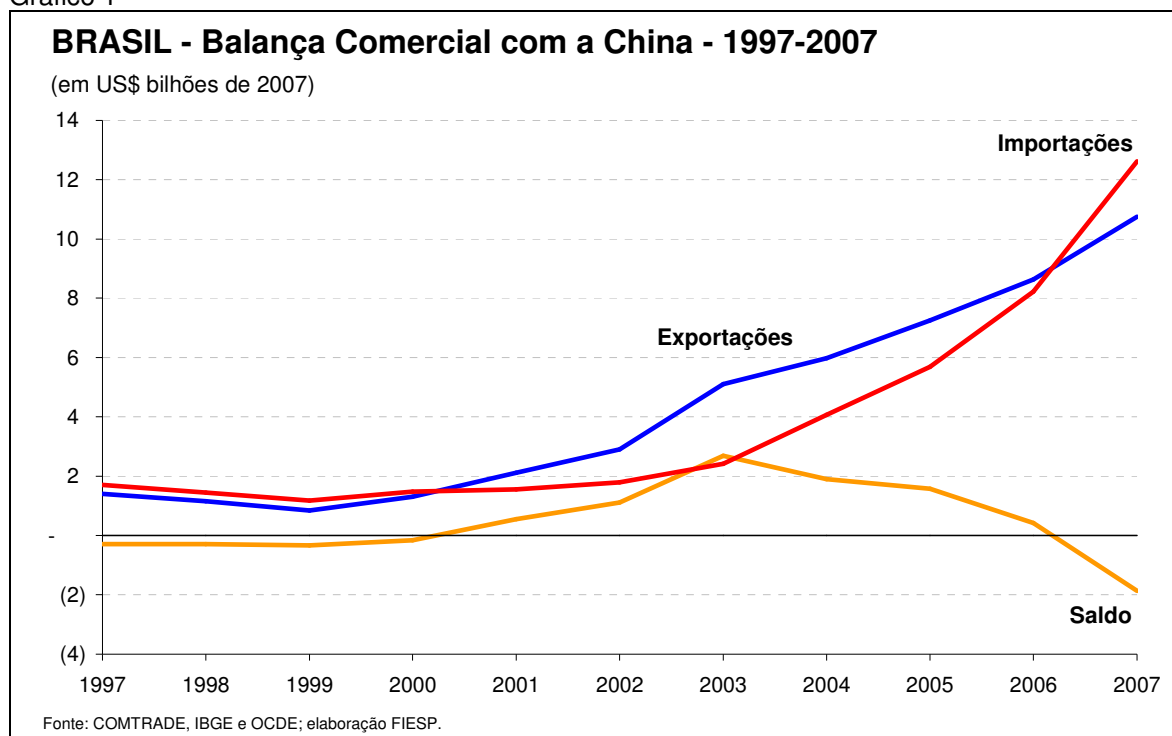
Índice:

Introdução	5
I. Comparação entre os Indicadores de Competitividade de Brasil e China.....	8
II. Efeitos sobre a Pauta de Exportação	12
III. Efeitos sobre o Mercado Doméstico Brasileiro	18
IV. Política de Desenvolvimento Produtivo.....	23

Introdução

A balança comercial com a China vem se deteriorando rapidamente desde 2003 (gráfico 1). Além disso, em 2007 começa a apresentar déficits significativamente maior que os verificados até aquele ano. Os déficits registrados entre 1997 e 2000 giravam em torno de US\$ 270 milhões e em 2007 foi de aproximadamente US\$ 1,9 bilhões.

Gráfico 1



O principal responsável pela deterioração da balança comercial com a China foi o déficit da indústria de transformação, o qual acentuou-se vertiginosamente após 2003 (gráfico 2). Em 2007 ele atingiu a cifra de US\$ 9,7 bilhões (tabela 1).

Tabela 1

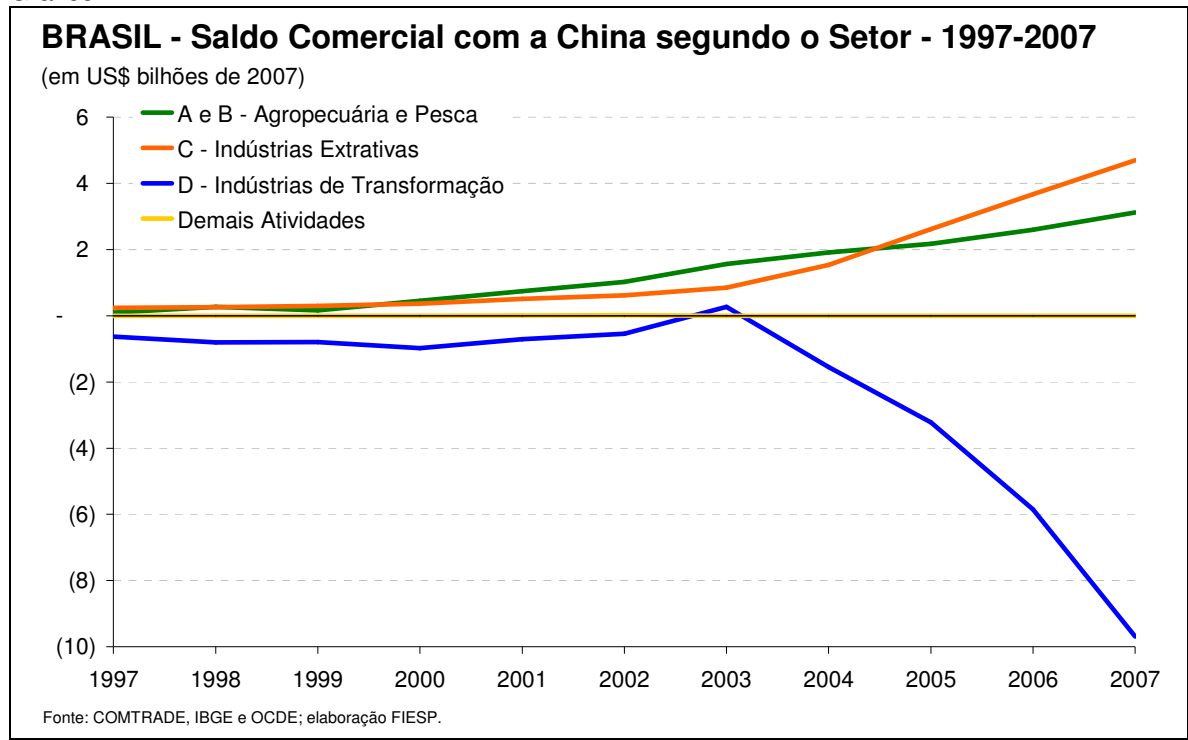
BRASIL – Saldo Comercial com a China segundo a Seção CNAE – 1997-2007

(em US\$ bilhões)

SEÇÃO CNAE	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
A e B - Agropecuária e Pesca	0,09	0,27	0,16	0,45	0,75	1,02	1,56	1,91	2,17	2,59	3,12
C - Indústrias Extrativas	0,24	0,25	0,30	0,36	0,51	0,62	0,85	1,54	2,62	3,68	4,70
D - Indústrias de Transformação	(0,63)	(0,81)	(0,80)	(0,98)	(0,70)	(0,54)	0,28	(1,55)	(3,22)	(5,85)	(9,69)
Demais Atividades	0,00	(0,00)	(0,00)	(0,00)	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	(0,30)	(0,29)	(0,33)	(0,16)	0,56	1,11	2,69	1,90	1,57	0,42	(1,87)

Fonte: COMTRADE e IBGE; elaboração FIESP.

Gráfico 2



Esse resultado do saldo foi acompanhado por um aumento da participação dos produtos chineses no consumo aparente de produtos industriais (gráfico 3). De 0,34% em 1997, a participação de produtos chineses no consumo aparente de produtos industriais cresceu para 1,67% em 2006.

Gráfico 3



Diante destes resultados, o Departamento de Competitividade e Tecnologia – DECOMTEC – da FIESP resolveu analisar mais a fundo o ambiente competitivo destes países de forma a procurar respostas para esta performance negativa do Brasil vis a vis a China.

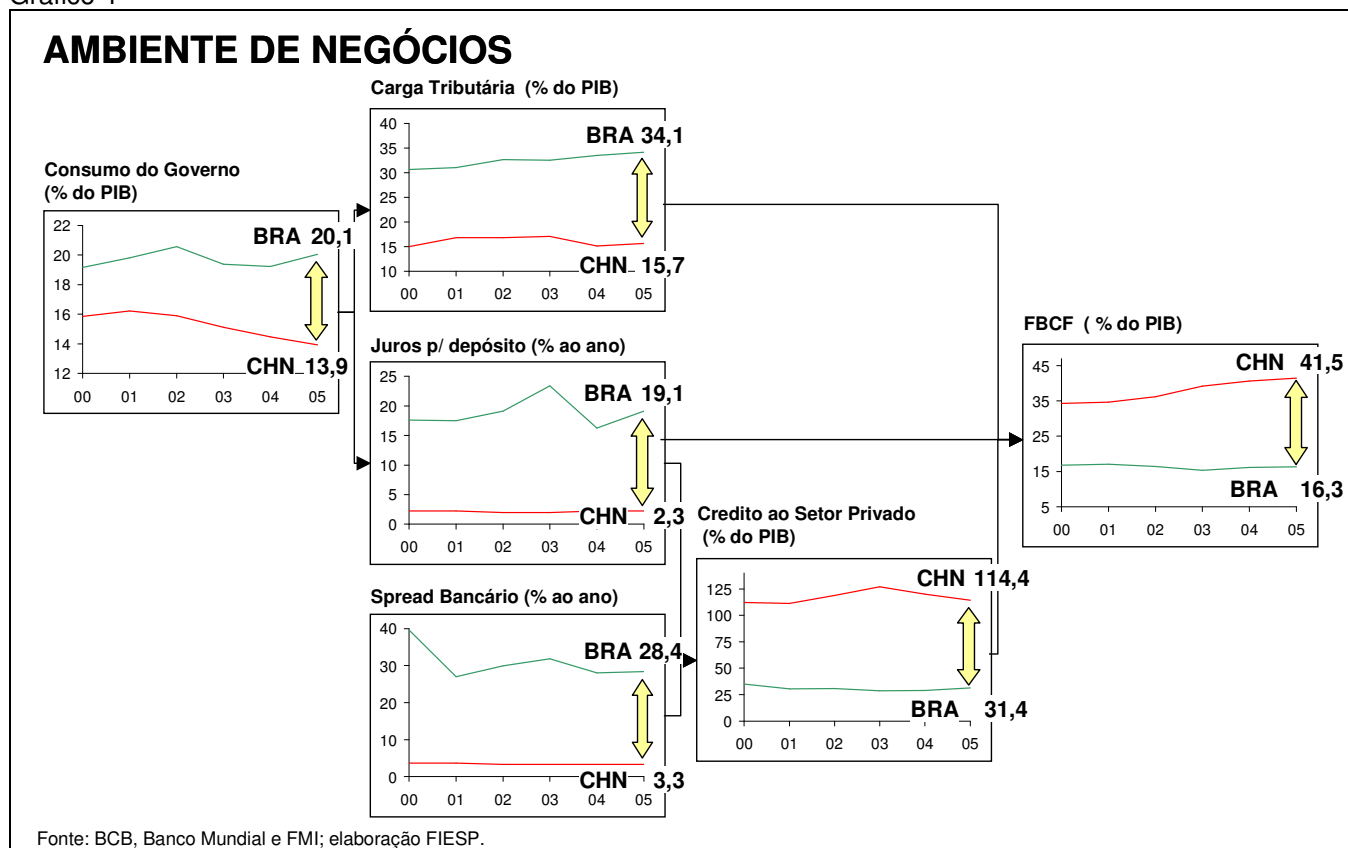
I. Comparação entre os Indicadores de Competitividade de Brasil e China

Existem três aspectos sobre os quais gostaríamos de chamar a atenção inicialmente: o ambiente econômico, o ambiente educacional e o ambiente tecnológico.

Conforme apontamos no IC-FIESP 2007¹, o ambiente de negócios no Brasil, a despeito das melhoras recentes, é muito menos favorável à produção que aquele verificado em países “competitivos” ou em países semelhantes que servem de benchmark para a economia brasileira², o que não é diferente em relação à China.

O consumo do governo chinês apresentou forte tendência de queda em relação ao PIB a partir de 2001, fechando a série em 13,9% do PIB (gráfico 4)³. Já o consumo do governo brasileiro, o qual apresentou queda a partir de 2003, voltou a crescer, ficando em 20,1% do PIB em 2005.

Gráfico 4



¹ IC FIESP é um indicador que avalia a competitividade das principais economias do mundo. São investigados 43 países (mais de 90% da economia mundial), onde estão países em desenvolvimento (como China, Rússia e Índia, que juntos com o Brasil formam o BRIC) e as principais economias latino-americanas (Chile, Argentina, Venezuela, Colômbia, Brasil e México).

² FIESP; Índice de Competitividade das Nações - IC-FIESP 2007; São Paulo: FIESP, 10 de outubro de 2007 (<http://www.fiesp.com.br/competitividade/sistemica/indice.aspx>).

³ Aqui não analisamos se isso foi obtido com a contenção de gastos ou com o crescimento do PIB.

A carga tributária chinesa manteve-se relativamente estável ao longo dos seis anos analisados e terminou em aproximadamente 15,7% do PIB. Já a carga brasileira apresentou clara tendência de crescimento entre 2000 e 2005, quando atingiu 34,1% do PIB.

Embora o aumento da carga em parte reflita o aumento do consumo do governo, uma boa parcela dela é destinada ao pagamento de juros, os quais historicamente são mais elevados que os juros chineses. Os juros⁴ para depósito no Brasil, mesmo com a volta à “normalidade” após a crise de confiança de 2002-2003, ficou em 19,1% a.a. em 2005. Os juros chineses foram em média de 2,3% a.a. em 2005.

Outra diferença muito grande entre do ambiente de negócios no Brasil em relação ao da China é o spread bancário. O spread chinês terminou a série em 3,3% e com clara tendência de queda. O spread no Brasil está em 28,4% e sem tendência definida.

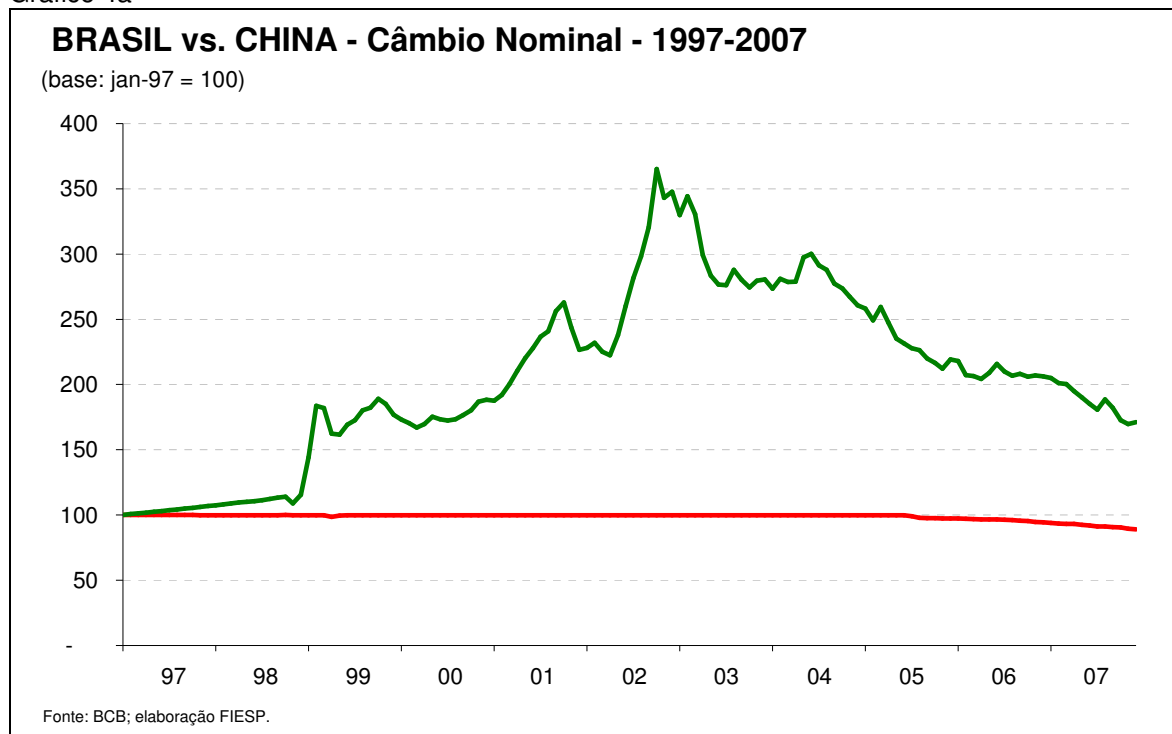
Juros altos e spread bancário alto se traduzem numa enorme diferença da oferta de crédito entre os dois países. Apesar do aumento do crédito verificado no Brasil a diferença ainda é muito grande. O crédito no Brasil representava cerca de 31,4% do PIB em 2005. Nesse mesmo ano, o crédito na China representava cerca de 114,4% do PIB.

Esse conjunto de fatores, por sua vez, ajuda a explicar a discrepância entre o investimento na China e no Brasil. Na China, a formação bruta de capital fixo – FBCF – fechou 2005 em 41,5% do PIB. No Brasil, apesar da recuperação ocorrida, a FBCF ficou em cerca de 16,3% do PIB no mesmo ano.

Outro macroeconômico particularmente importante para quem exporta ou para quem importa que difere radicalmente entre Brasil e China é a previsibilidade do câmbio. Como podemos notar (gráfico 4a), o luan manteve uma relação praticamente constante com o Dólar entre 1997 e 2007. Isso mostra uma visão estratégica, uma vez que o mercado americano é o principal mercado do mundo e que as moedas de outros mercados importantes como a União Européia se valorizaram em relação à moeda americana. O Real, ao contrário, apresentou oscilações fortíssimas no mesmo período, gerando grande incerteza e impossibilitando qualquer planejamento estratégico das empresas em relação aos seus principais mercados.

⁴ Juros nominais.

Gráfico 4a



Em termos do ambiente educacional, os números mostram que estamos fazendo o dever de casa já há algum tempo. O gasto em educação do Brasil, em relação ao PIB, mostrou-se consideravelmente maior do que o da China (gráfico 5). Dados do Banco Mundial mostram que o Brasil gastou em média 3,6% do PIB por ano entre 2002 e 2005. A China, por sua vez mantém uma média de aproximadamente 2,0% do PIB em gastos com educação.

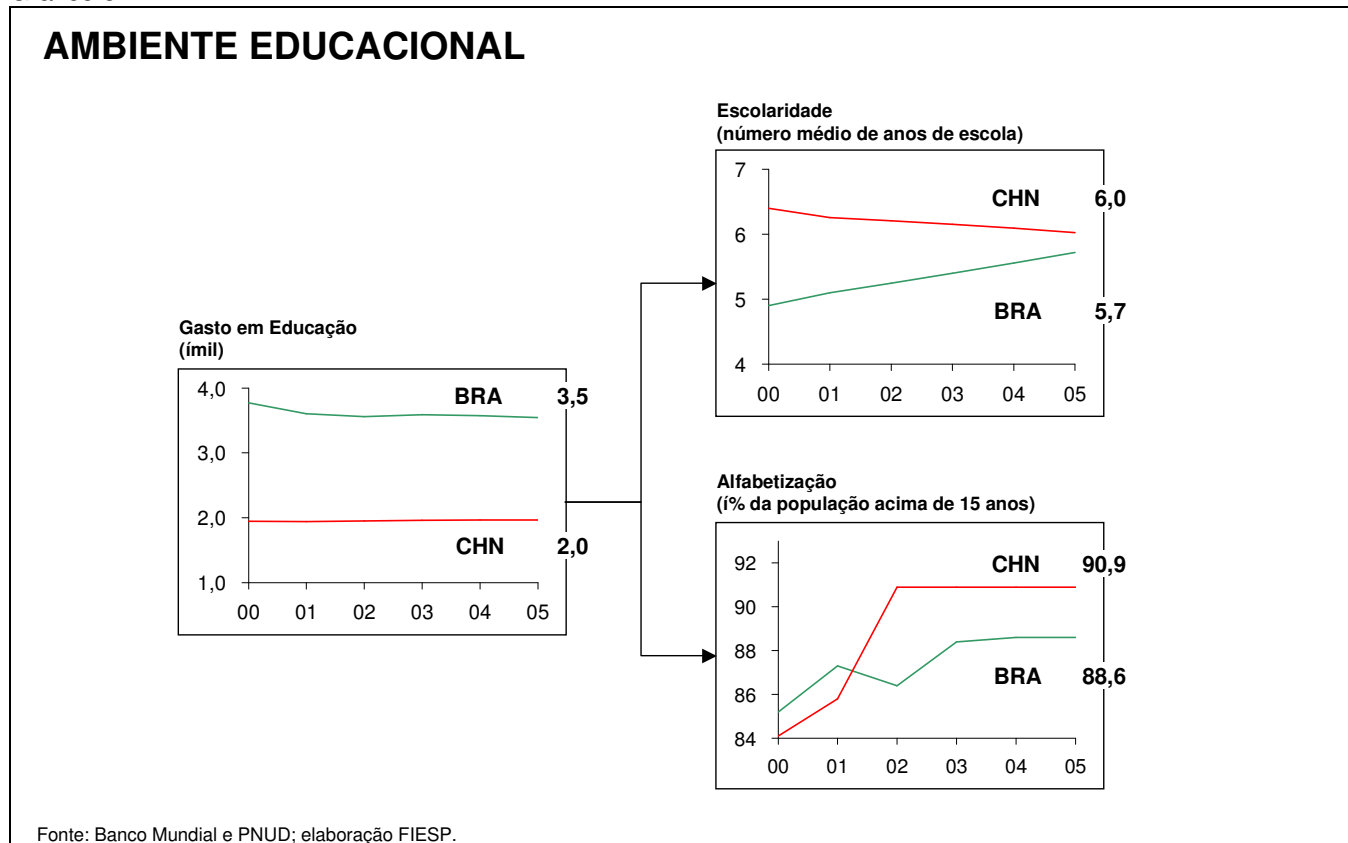
Isso explica em parte a aproximação da escolaridade média brasileira em relação à chinesa (gráfico 5). Segundo a PNUD⁵, a escolaridade média na China piorou nos últimos entre 1997 e 2005, caindo de cerca de 6,4 para 6,0 anos de escola. No Brasil, a escolaridade média cresceu no mesmo período, subindo de 4,6 para 5,7 anos de escola.

Ambos os países apresentam melhora recente em termos de alfabetização.

Devemos notar, entretanto, que variáveis como a escolaridade e o taxa de alfabetização apresentam um forte componente inercial.

⁵ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Gráfico 5



Já os indicadores de ciência e tecnologia revelam claramente uma estratégia de investimento crescente pela China. Os gastos em pesquisa e desenvolvimento – P&D – da China cresceram quase continuamente entre 1997 e 2005. Saíram de 0,64% do PIB para 1,33% do PIB em 2005 (gráfico 6).

Além disso, a China vem melhorando sua infra-estrutura tecnológica mais rapidamente que o Brasil. Utilizando a metodologia desenvolvida pelo Banco Mundial, calculamos uma série histórica do índice de tecnologia para os dois países. Isso mostra o contraste entre o esforço tecnológico pela China e aquele realizado pelo Brasil.

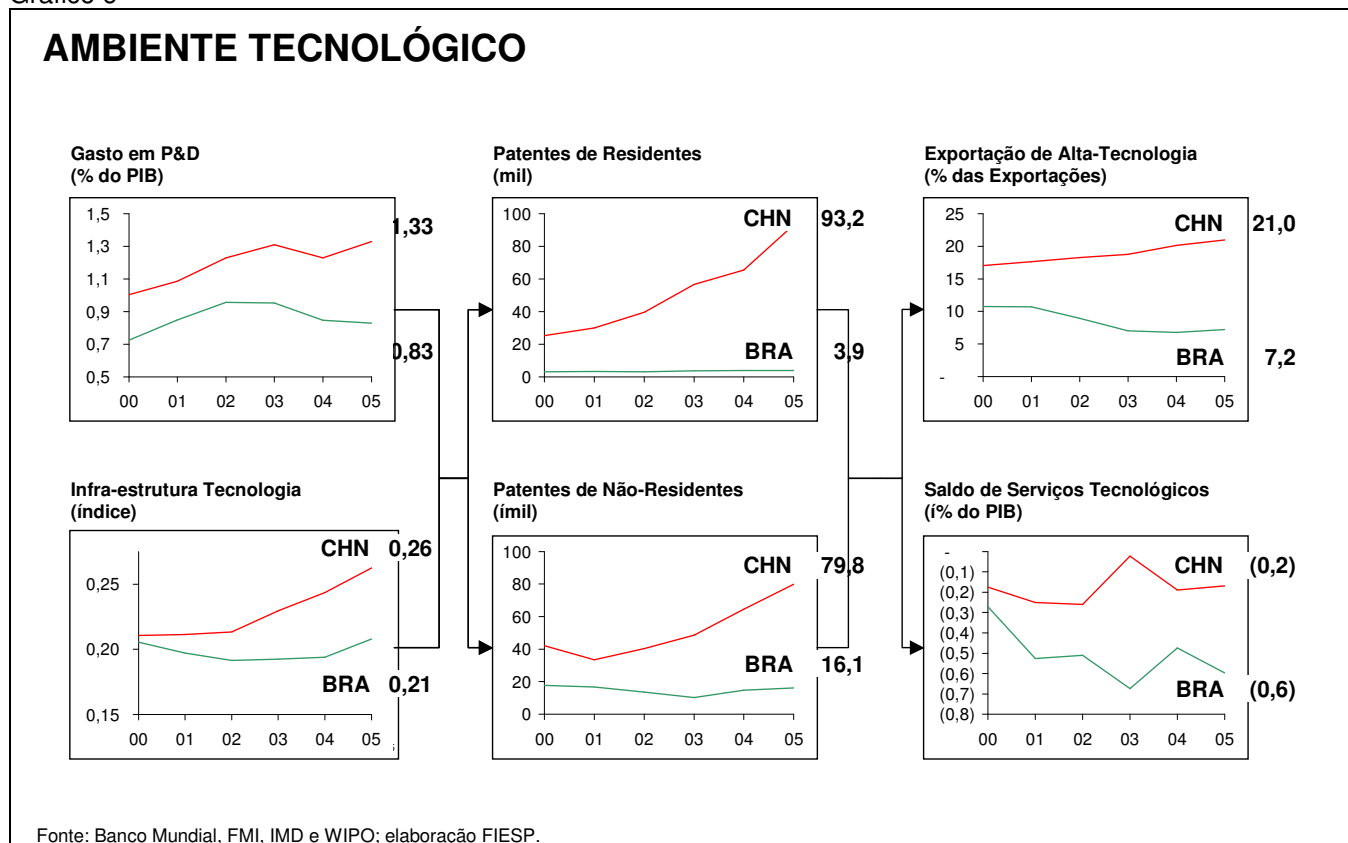
Surpreendente, entretanto, é a diferença entre os resultados obtidos com tal esforço. Segundo dados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual – WIPO –, o número de patentes de residentes na China disparou em relação ao número de patentes de residentes no Brasil⁶. Tam-

⁶ Esse é um dos indicadores mais utilizados da capacidade de criar novas tecnologias.

bém segundo a WIPO, o gap em termos de patentes de não-residentes entre China e Brasil vem aumentando⁷.

Mais importante ainda é observarmos a capacidade que a China demonstra em transformar seus esforços tecnológicos em resultado econômico. Dois são os indicadores que utilizamos: a participação de produtos de alta-tecnologia na pauta de exportações e o saldo de serviços tecnológicos da balança comercial.

Gráfico 6



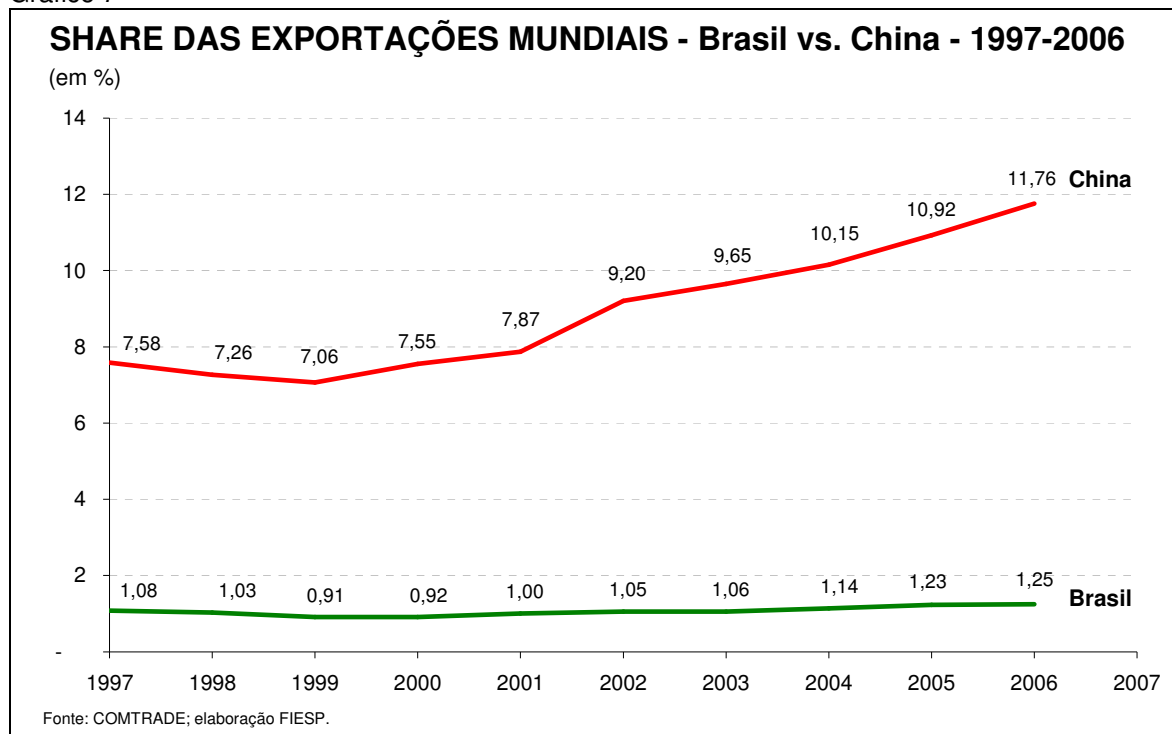
II. Efeitos sobre a Pauta de Exportação

A diferença entre o crescimento da participação chinesa nas exportações mundiais e a brasileira é gritante. A participação das exportações chinesas passou de cerca de 7,58% nas exportações mundiais em 1997 para aproximadamente 11,76% em 2006⁸ (gráfico 7). A participação das exportações brasileiras cresceu de 1,08% para 1,25% das exportações mundiais no mesmo período.

⁷ O número de patentes de não-residentes é um dos indicadores da capacidade de absorção de novas tecnologias por um país.

⁸ Os dados de 2007 ainda não estavam completos no momento da redação desse documento.

Gráfico 7



A maioria quase absoluta das exportações chinesas refere-se a produtos da indústria de transformação (gráfico 8). Segundo dados do COMTRADE⁹, de US\$ 220 bilhões em 1997, as exportações de produtos da indústria manufatureira chinesa passaram a US\$ 976 bilhões em 2006. As demais exportações chinesas, que somavam US\$ 16 bilhões em 1997, atingiram apenas US\$ 20 bilhões em 2006.

Há dois fatos mais importantes que o aumento das exportações de produtos manufaturados. Primeiro, é o fato de que os produtos de alta-tecnologia em apenas cinco anos se tornaram o principal item na pauta de exportação chinesa (gráfico 9). Além disso, a China, de grande exportador de produtos de baixa intensidade tecnológica, transformou-se no maior exportador mundial de produtos de alta-tecnologia, superando países que tradicionalmente exportam esse tipo de produto tais como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão (tabela 2).

⁹ O COMTRADE é o banco de dados de estatísticas sobre o comércio internacional das Nações Unidas.

Gráfico 8

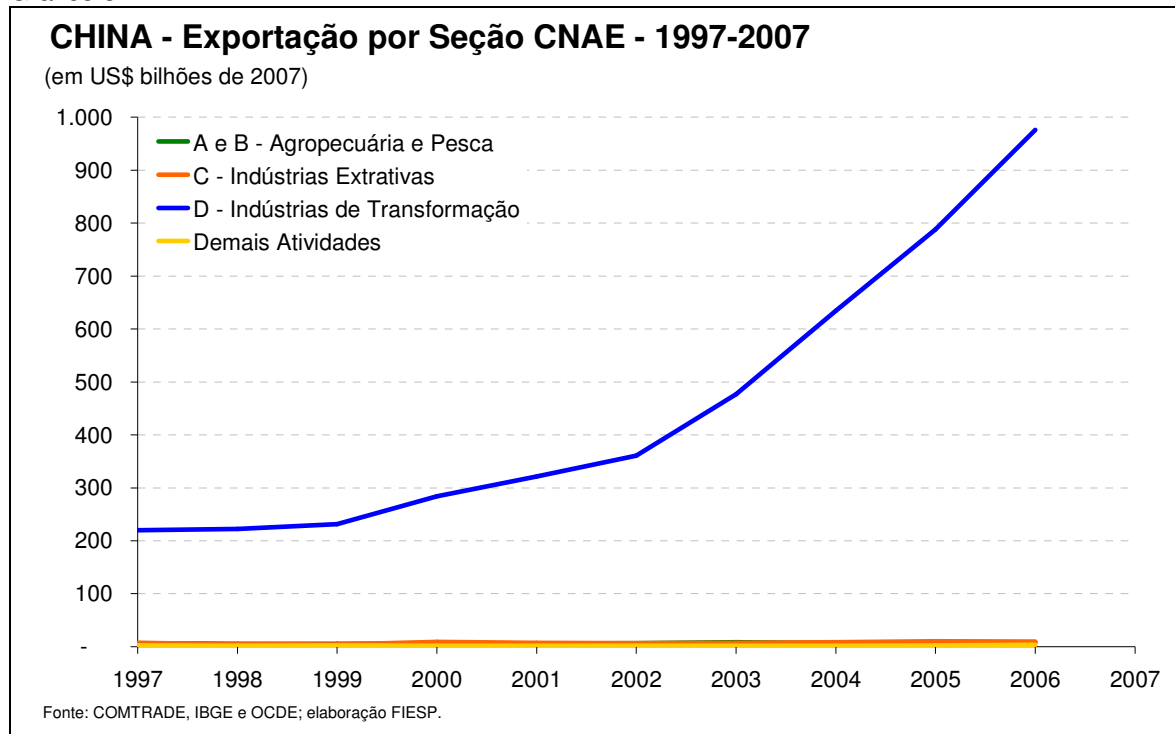


Gráfico 9

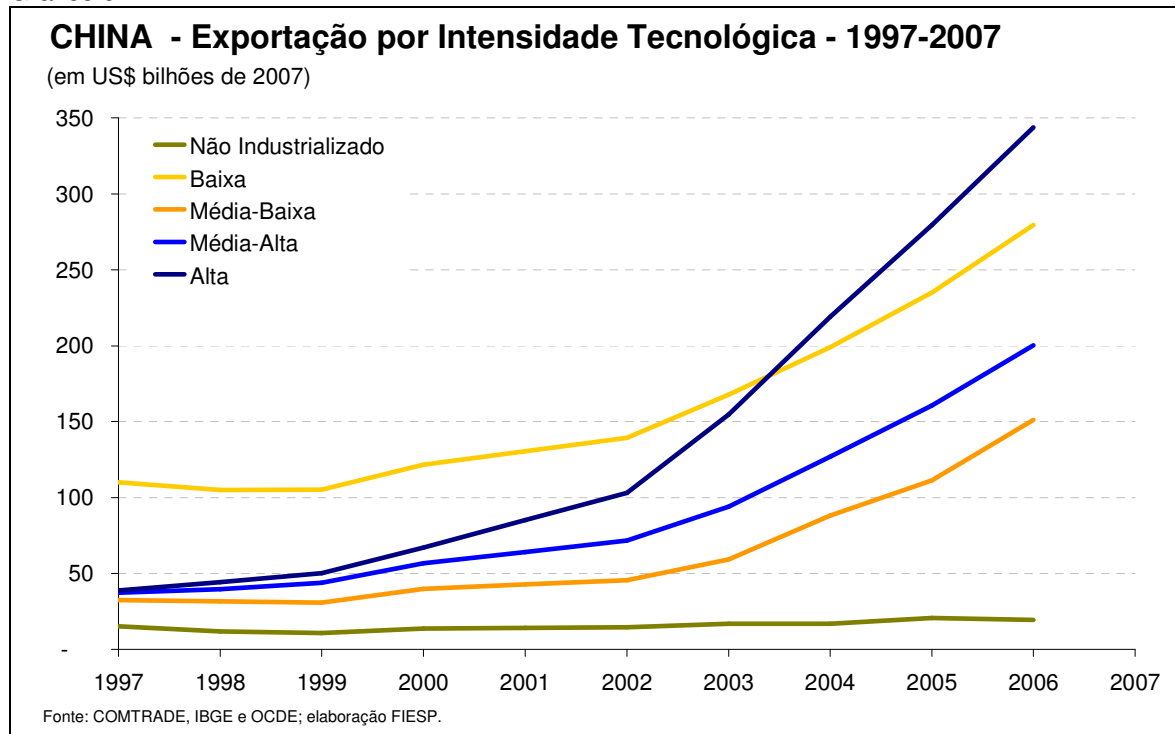


Tabela 2

MUNDO – Exportadores Seleccionados de Produtos de Alta Tecnologia – 1997-2006

(em US\$ bilhões)

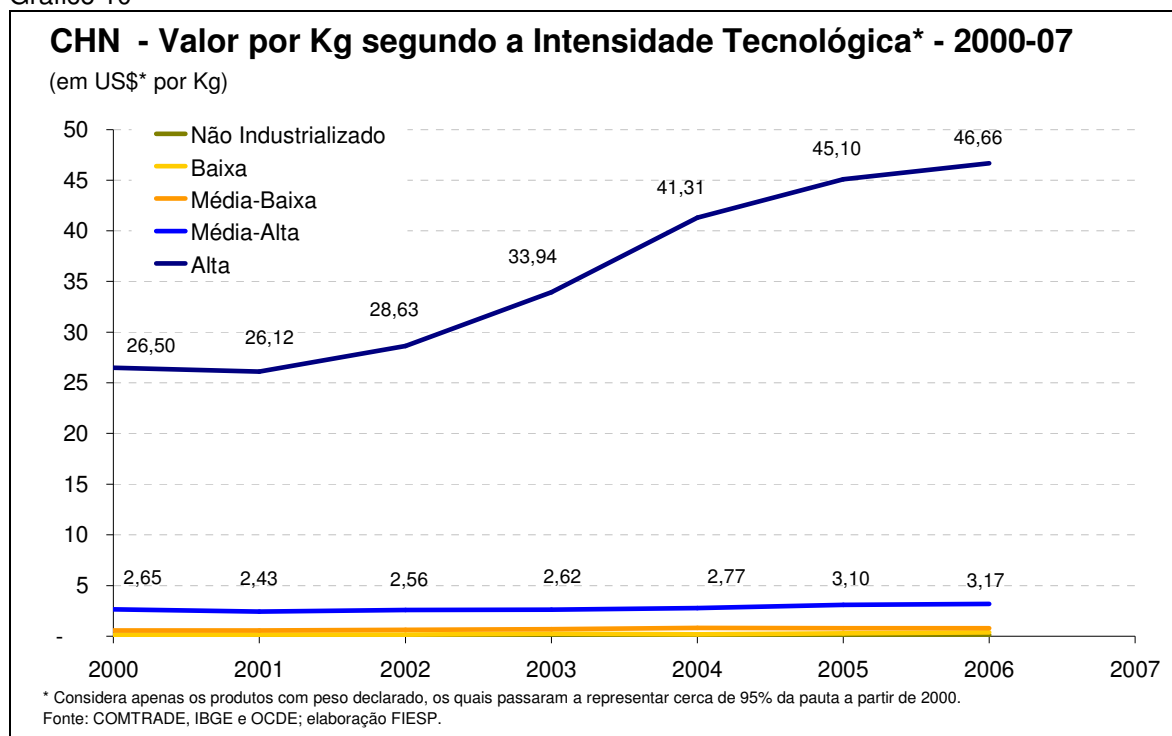
PAÍS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
China	38,9	44,2	50,2	67,3	85,2	103,1	154,7	218,9	279,5	343,9
Estados Unidos	280,0	289,9	302,2	329,4	296,5	263,6	263,0	284,2	295,4	326,8
Alemanha	101,0	112,1	117,6	121,9	126,4	130,9	147,8	184,5	195,3	214,3
Japão	165,1	147,4	157,4	183,5	158,3	133,2	146,7	167,6	157,9	156,4
Coréia	49,8	47,4	60,7	76,5	70,9	65,4	78,3	100,1	104,1	109,2
México	30,0	35,5	40,9	50,0	48,4	46,7	45,6	50,6	52,6	61,3
Brasil	3,4	4,1	5,1	8,2	7,6	6,9	5,8	7,3	9,4	9,7
Rússia	1,8	2,5	2,1	2,3	3,5	4,6	5,3	5,1	3,0	4,1

Fonte: COMTRADE e OCDE; elaboração FIESP.

Em 2006, 48,4% das exportações de alta-tecnologia da China referiam-se a material eletrônico e a aparelhos e equipamentos de comunicações (principalmente aparelhos de transmissão/recepção e seus componentes) e 40,2% se tratavam de máquinas para escritório e equipamentos de informática (principalmente componentes e periféricos para computadores).

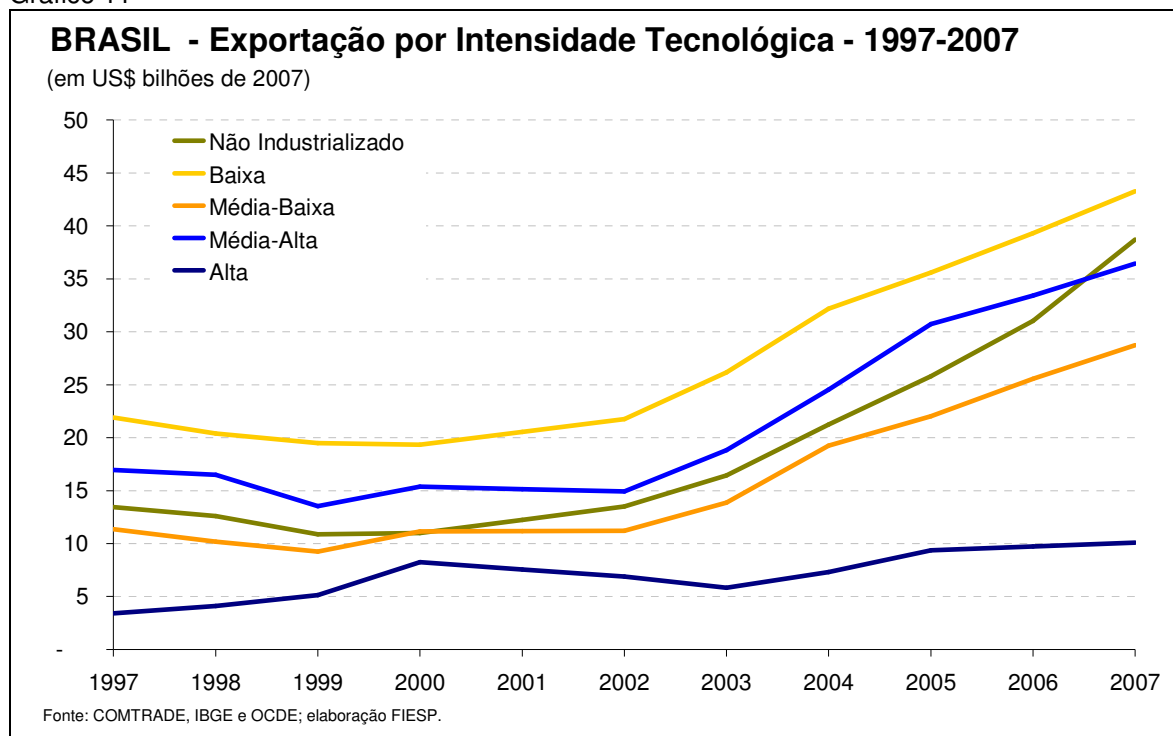
O segundo fato importante mesmo dentro da categoria de produtos de alta-tecnologia é que há um aumento do valor por quilo exportado, o que indica o aumento da participação de produtos mais sofisticados. Do ponto de vista prático, verificamos que o valor por quilo exportado de produtos de alta-tecnologia quase duplicou nos últimos dez anos, saindo de US\$ 26,50 para aproximadamente US\$ 46,66 por quilo (gráfico 10).

Gráfico 10



Apenas para efeito de comparação, os produtos de alta-tecnologia somam apenas cerca de 6,9% do valor exportado pelo Brasil (gráfico 11), dos quais 39,6% referem-se a outros equipamentos de transporte (principalmente aviões) e 38,0% referem-se a material eletrônico e a aparelhos e equipamentos de comunicações (principalmente aparelhos de transmissão/recepção).

Gráfico 11



O valor por quilo das exportações brasileiras de alta tecnologia, além de oscilar, não aumentou na mesma proporção que o da China, de US\$ 22,91 para apenas US\$ 28,39 por quilo (gráfico 12).

A consequência, a despeito do aumento do preço das commodities agrícolas e minerais, não poderia ser diferente. O valor médio por quilo das exportações chinesas, que em 2000 era praticamente igual ao do Brasil, decolou (gráfico 13). De US\$ 0,27 para US\$ 0,82 por quilo. Já o valor médio por quilo das exportações brasileiras subiu apenas para US\$ 0,33 por quilo.

Gráfico 12

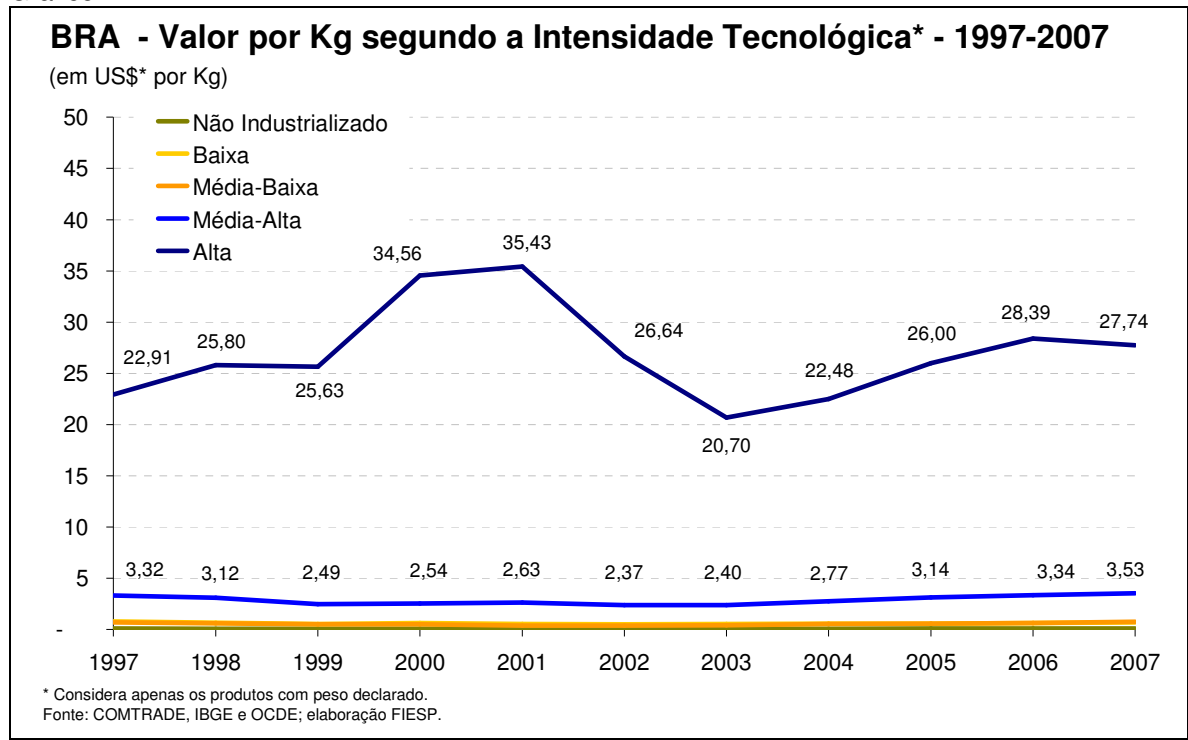
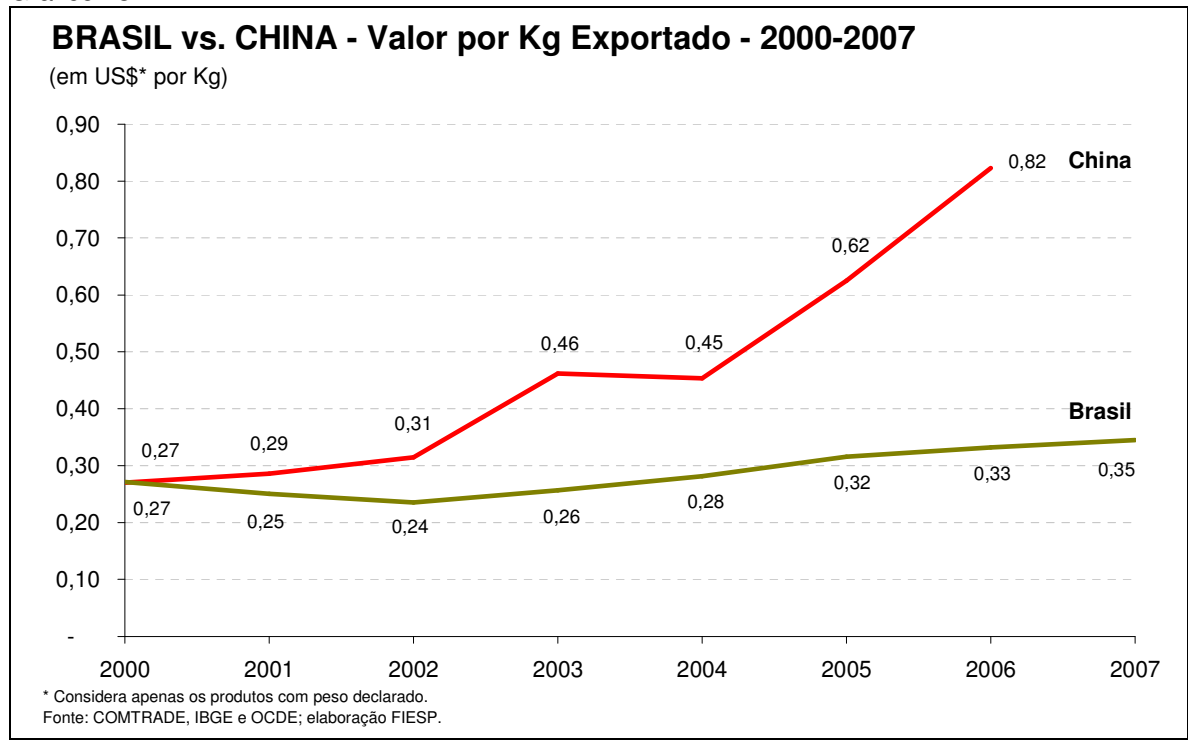


Gráfico 13

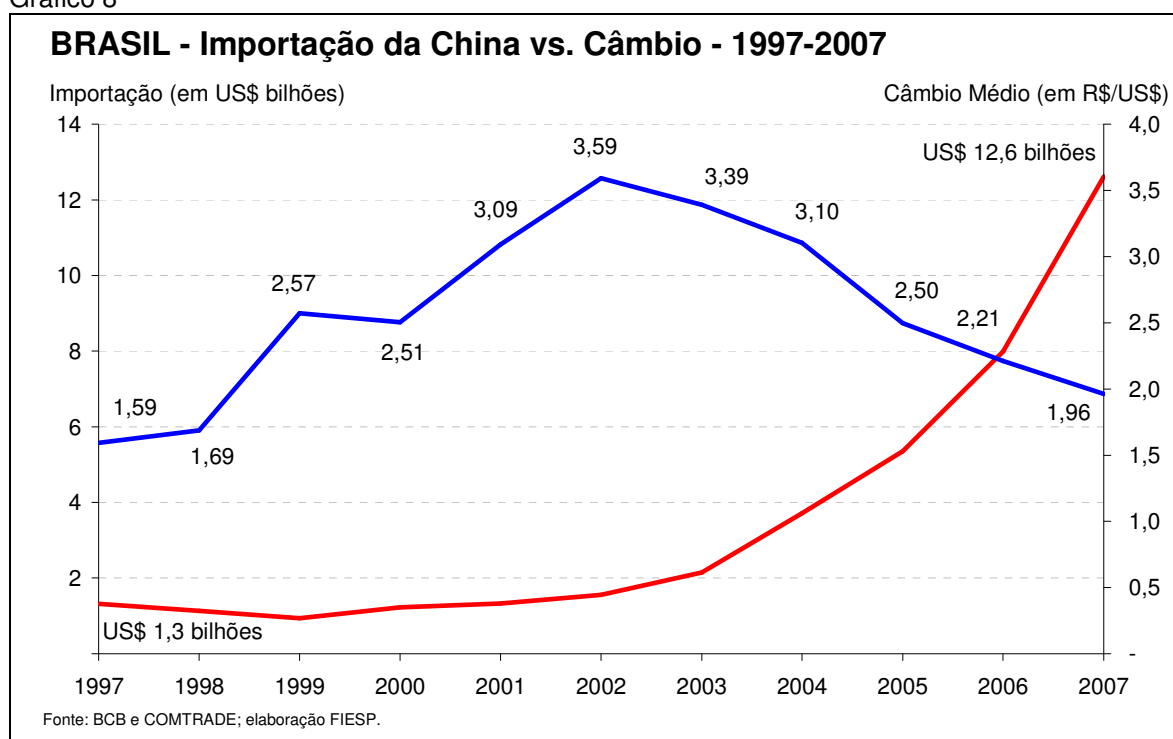


III. Efeitos sobre o Mercado Doméstico Brasileiro

Olhando para o mercado doméstico, observamos que as importações de produtos chineses cresceu de US\$ 1,3 bilhões para US\$ 12,6 bilhões em 2007 crescendo sua participação relativa de 2,0% para 10,5% entre 1997 e 2006. De décimo, a China passou a segundo maior exportador para o Brasil, somente atrás dos Estados Unidos.

Esta evolução das importações brasileiras da China revelam que além do esforço comercial empregado para atuar nos mercados globais, a valorização do Real perante ao Dólar também contribuiu para este resultado (gráfico 14).

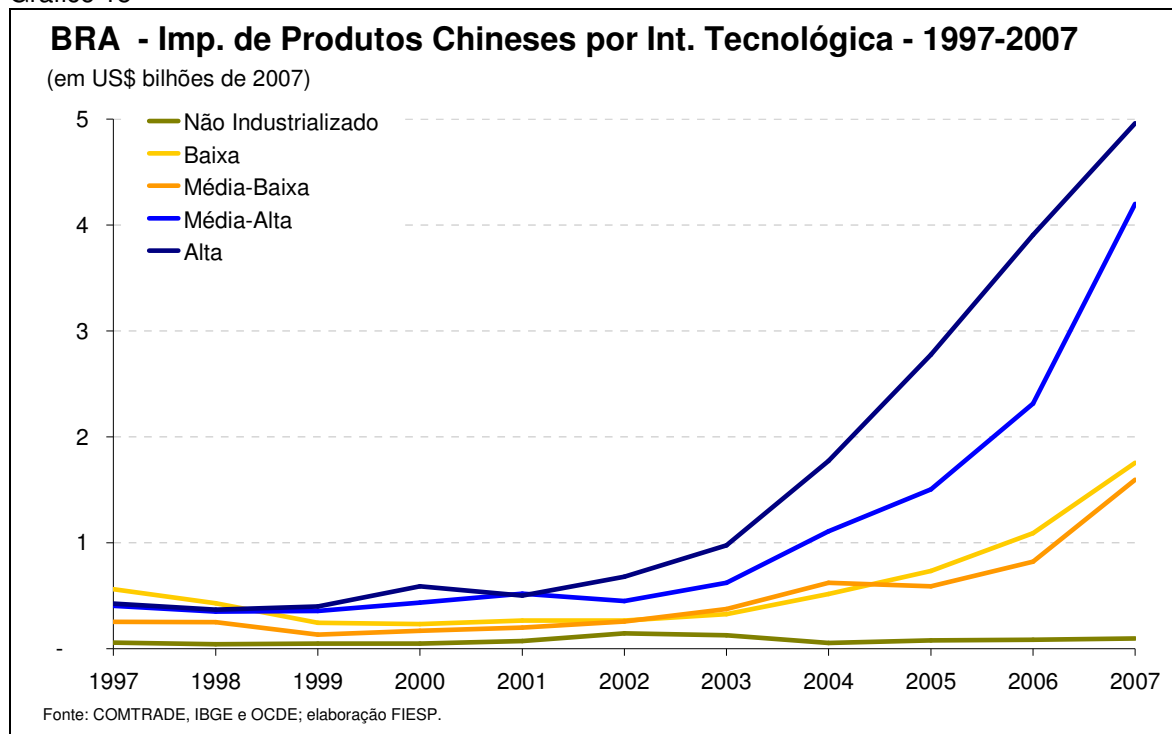
Gráfico 8



Além disto, assim como ocorreu nas exportações da China para o mundo, a alta-tecnologia passou a ser predominante na pauta de importação brasileira de produtos chineses (gráfico 15). A importação de alta-tecnologia chinesa cresceu de US\$ 0,4 bilhões em 1997 para US\$ 3,9 bilhões em 2006. Em termos relativos, a alta-tecnologia passou de 20% para 49% do total de produtos importados da China.

Naquele ano, 61,3% das importações brasileiras de produtos de alta-tecnologia chineses referiam-se a eletrônicos e a aparelhos e equipamentos de comunicações (principalmente componentes para aparelhos de transmissão/recepção) e 21,9% foram de máquinas para escritório e equipamentos de informática (principalmente componentes e periféricos para computadores).

Gráfico 15



Do ponto de vista da penetração dos produtos no mercado brasileiro¹⁰, observamos que o principal avanço recente ocorreu em atividades¹¹ em que a penetração de produtos importados já era grande e nos quais a China vem se especializando (gráfico 10). São eles: eletrônicos e aparelhos e equipamentos de comunicações (CNAE 32); máquinas para escritório e equipamentos de informática (CNAE 30); e equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios (CNAE 33).

A participação dos produtos importados no consumo aparente de instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios (CNAE 33) avançou de 47,0% em 1997 para 54,4% em 2006, um aumento de 7,4 pontos percentuais (gráfico 16¹²). A penetração dos produtos chineses avançou de aproximadamente 0,8% para aproximadamen-

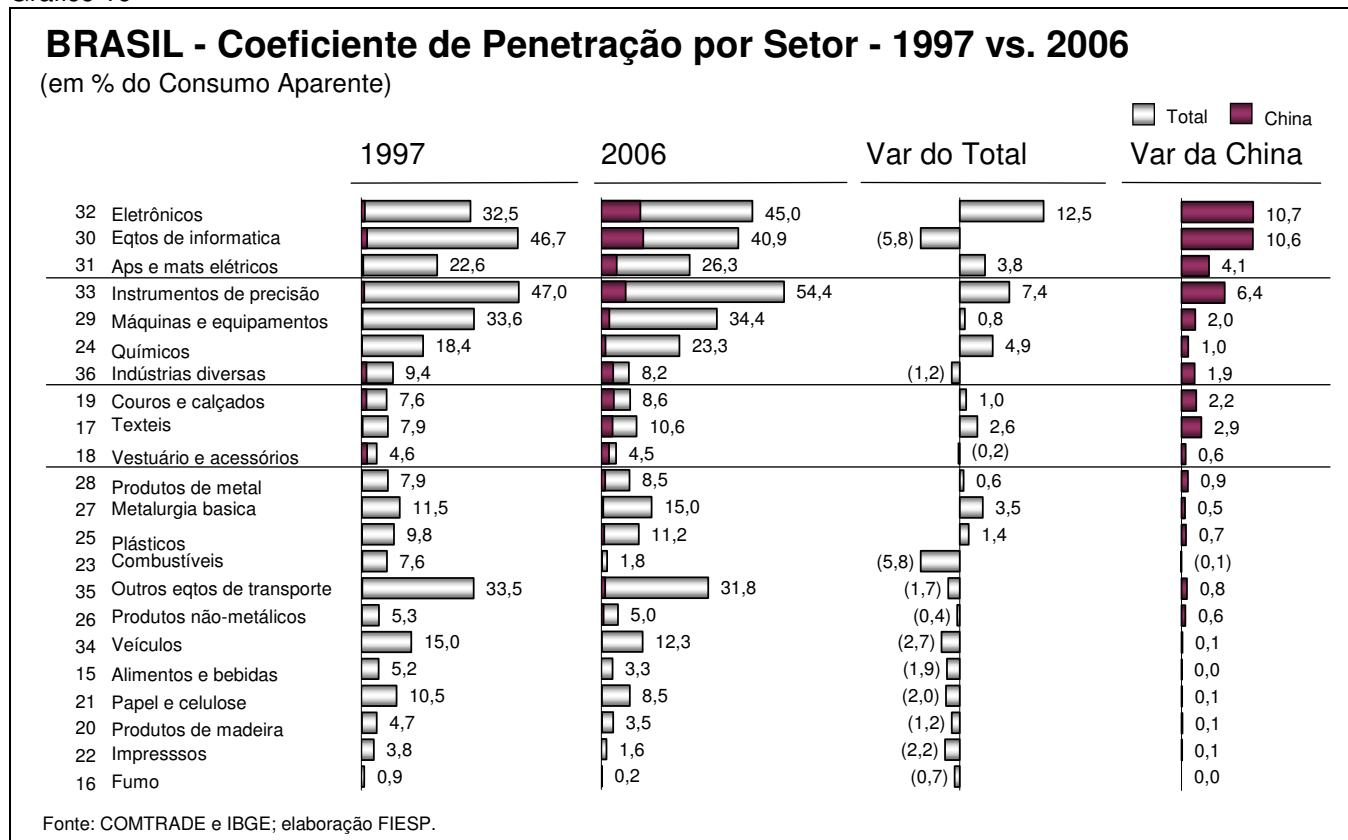
¹⁰ O índice de penetração refere-se à participação dos produtos importados no consumo aparente. Este, por sua vez, é igual ao valor da produção somado ao valor das importações e subtraído o valor das exportações.

¹¹ Compatibilizamos os dados de comércio exterior com as atividades utilizando a tabela de correspondência entre a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM – e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – fornecida pelo IBGE.

¹² Os setores foram organizados de acordo com a penetração do total dos produtos importados em 2006.

te 7,3% no mesmo período. Arredondando o aumento da participação dos produtos chineses no CNAE 33 foi de 6,4 pontos percentuais.

Gráfico 16



No setor de eletrônicos e a aparelhos e equipamentos de comunicações (CNAE 32), a penetração dos produtos importados aumentou de 32,5% em 1997 para 45,0% em 2006. Foi o maior avanço de todos, 12,5 pontos percentuais. Os produtos chineses avançaram de 1,0% para 11,7%, ou seja, um aumento de 10,7 pontos percentuais. Também aqui o avanço foi o maior entre os de todos os setores.

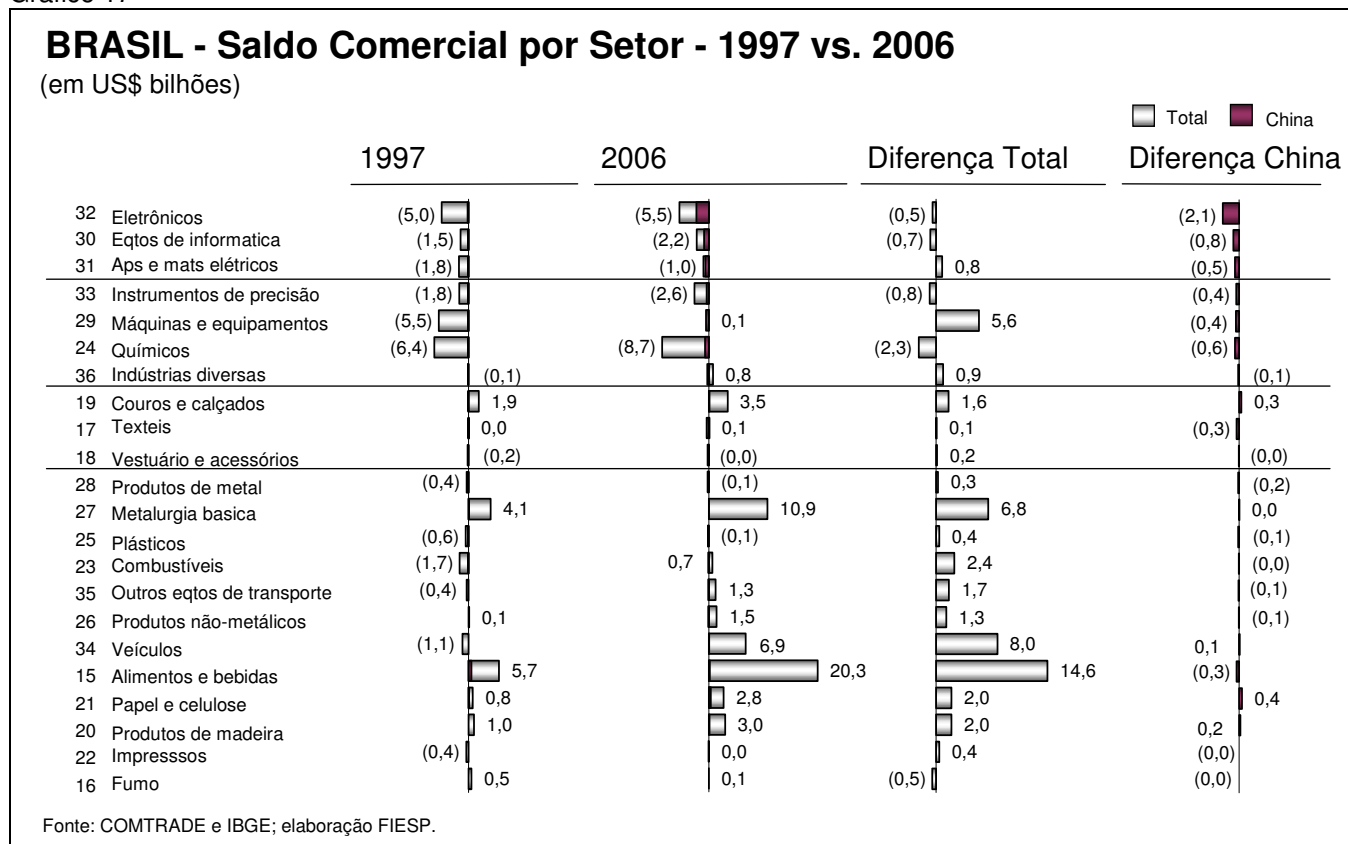
O setor de máquinas para escritório e equipamentos de informática (CNAE 30) apresenta uma peculiaridade em relação aos anteriores, a redução do grau de penetração dos produtos importados em geral. Os motivos dessa redução não foram analisados neste estudo, podendo refletir uma tendência de queda do valor desses produtos de uma maneira geral ou a concorrência por preço dos produtos chineses¹³. O fato é que estes últimos avançaram vigorosamente, de cerca

¹³ É importante lembrar que o Real, em 1997, mantinha uma relação de paridade com o Dólar.

de 1,8% para algo em torno de 12,5%. Isso significa um aumento de 10,6 pontos percentuais aproximadamente.

O saldo comercial com a China deteriorou-se para a grande maioria dos setores (gráfico 17).

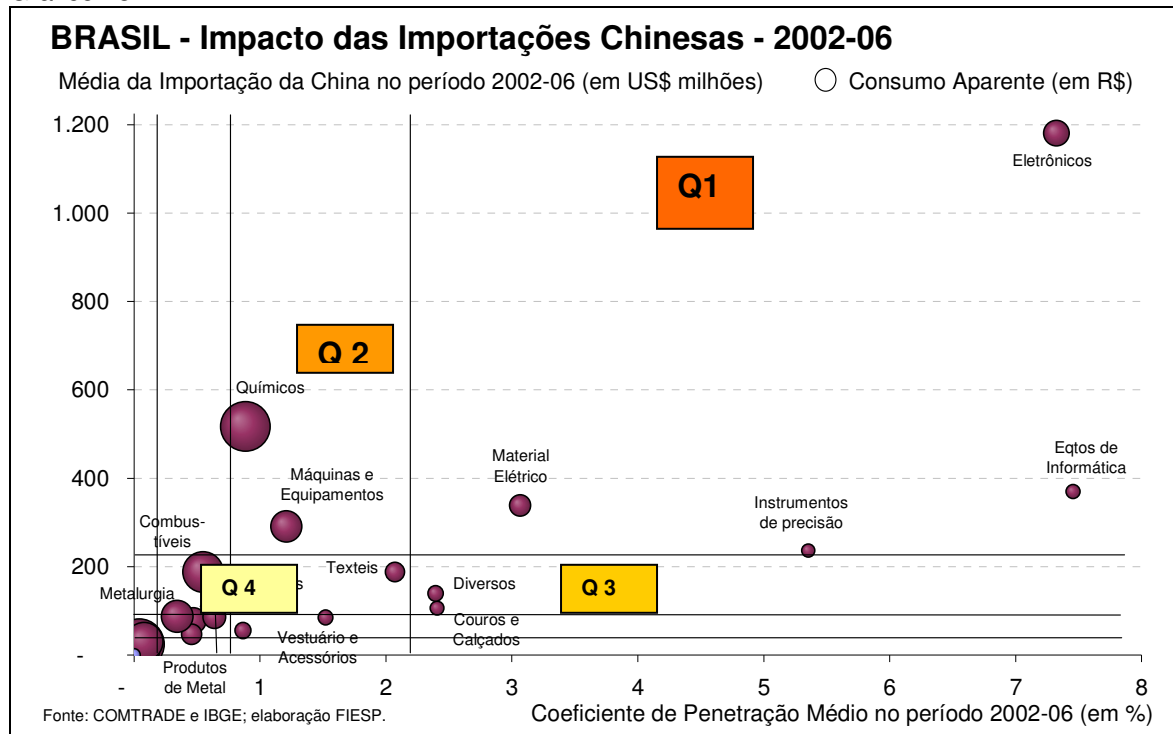
Gráfico 17



Elaboramos um ranking dos setores mais afetados pela penetração dos produtos chineses com base em duas variáveis: valor médio das importações chinesas e média dos coeficientes de penetração no período de 2002 a 2006 (gráfico 18).

O critério de valor médio das importações foi adotado em função de sua importância sobre o saldo da balança comercial brasileira e de seus desdobramentos macroeconômicos. Já a média dos coeficientes de penetração dos produtos chineses foi utilizado por estar associado faturamento da indústria.

Gráfico 18



Com base nesses critérios, separamos os setores em quatro grupos (sintetizados na tabela 3):

Q1: Setores que apresentam **alto** valor médio das importações chinesas e **alto** grau de penetração chinês.

- Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações;
- Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática;
- Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos;
- Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios.

A média do valor do material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações importados da China entre 2002 e 2006 foi de aproximadamente US\$ 1,2 bilhões, o que representou aproximadamente 7,3% do consumo aparente nesse período. A importação média de máquinas para escritório e equipamentos de informática da China entre 2002 e 2006 foi de US\$ 370 milhões ou cerca de 7,5% do consumo aparente do setor. As de máquinas, aparelhos e materiais elétricos somaram 339 US\$ milhões, 3,1% do consumo aparente de produtos do setor. Finalmente, a importação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instru-

mentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios registrou uma média de US\$ 237 milhões, coeficiente de penetração de 5,1%.

Esses quatro setores apresentam o maior avanço dos produtos chineses entre 1997 e 2006 (gráfico 10).

Q2: Setores que apresentam **alto** valor médio das importações chinesas e **baixo** grau de penetração chinês.

São setores cujos mercados são relativamente maiores que os do quadrante **Q1**:

- Fabricação de produtos químicos;
- Fabricação de máquinas e equipamentos.

As importações chinesas de produtos químicos, em média, foram de US\$ 517 milhões entre 2002 e 2006. Isso representou cerca de 0,9% do consumo aparente no mercado doméstico no mesmo período. Já em termos de máquinas e equipamentos, a importação média da China foi de US\$ 291 milhões ou 1,2% do consumo aparente. Chama a atenção que o avanço da penetração das máquinas e equipamentos chineses foi maior que o aumento da penetração do total de máquinas e equipamentos importados.

Q3: Setores que apresentam **baixo** valor médio das importações chinesas e **alto** grau de penetração chinês.

- Fabricação de móveis e indústrias diversas;
- Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados.

As importações de móveis e indústrias diversas em média atingiram US\$ 139 milhões entre 2002 e 2006, o que representou cerca 2,4% do consumo aparente do setor. A média de importação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados no mesmo intervalo de tempo foi de US\$ 106 milhões ou 2,4% do consumo aparente do setor.

Q4: Setores que apresentam **baixo** valor médio das importações chinesas e **baixo** grau de penetração chinês.

- Fabricação de produtos têxteis;
- Confecção de artigos do vestuário e acessórios.

A importação de produtos têxteis entre 2002 e 2006 foi, em média, US\$ 188 milhões, o que representou cerca de 2,1% do consumo aparente. A de artigos do vestuário e acessórios foi de US\$ 85 milhões ou 1,5% de seu consumo aparente.

Tabela 3
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - Ranking dos Setores mais Afetados - 2006

RANK CNAE DESCRIÇÃO	Importação da China				Coeficiente de Penetração		
	Valor	Participação	Acumulado	Cresc Médio	Média 02-06	2006	Cresc Médio
	US\$ milhões	%	%	% a.a.	%	%	Cresc Anual
1 32 Eletrônicos	2.372	30,0	30,0	64,8	7,3	11,7	2,1
2 30 Equipamentos de informatica	838	10,6	40,6	52,3	7,5	12,5	2,2
3 31 Materiais elétricos	652	8,2	48,8	31,5	3,1	4,7	0,7
4 33 Instrumentos de precisão	422	5,3	54,1	46,7	5,4	7,3	1,1
5 29 Maquinas e equipamentos	691	8,7	62,9	42,4	1,2	2,4	0,4
6 24 Químicos	897	11,3	74,2	33,5	0,9	1,3	0,2
7 36 Industrias diversas	265	3,3	77,5	26,9	2,4	3,5	0,5
8 19 Couros e calçados	185	2,3	79,9	36,1	2,4	3,8	0,6
9 17 Texteis	369	4,7	84,5	53,8	2,1	3,3	0,6
10 18 Vestuario e acessórios	176	2,2	86,8	27,4	1,5	2,3	0,3
11 28 Produtos de metal	206	2,6	89,4	51,5	0,6	1,2	0,2
12 27 Metalurgia básica	200	2,5	91,9	49,2	0,3	0,6	0,1
13 25 Borracha e plástico	182	2,3	94,2	56,2	0,5	0,9	0,2
14 23 Combustíveis	114	1,4	95,6	6,6	0,5	0,2	(0,0)
15 35 Outros eqtos de transporte	105	1,3	97,0	52,9	0,9	1,1	0,2
16 26 Minerais não-metálicos	89	1,1	98,1	47,2	0,5	0,7	0,1
17 34 Veículos	74	0,9	99,0	105,5	0,1	0,2	0,0
18 15 Produtos alimentícios e bebidas	46	0,6	99,6	33,0	0,0	0,1	0,0
19 21 Celulose e papel	15	0,2	99,8	55,0	0,0	0,1	0,0
20 20 Produtos de madeira	9	0,1	99,9	31,9	0,2	0,3	0,0
21 22 Impressos	8	0,1	100,0	14,7	0,0	0,1	0,0
22 16 Produtos do fumo	0	0,0	100,0	36,3	0,0	0,0	0,0
TOTAL	7.916	100,0					

Fonte: COMTRADE e IBGE; elaboração FIESP.

IV. Política de Desenvolvimento Produtivo

Diante deste cenário de baixa competitividade de nossa economia frente à China e do resultado que se materializa na crescente penetração dos produtos chineses em setores de alta tecnologia de nosso tecido industrial o governo sinaliza com algumas medidas a serem disponibilizadas pela Política Industrial – PDP – lançada em maio deste ano.

A intenção de aumentar investimentos fixos, investimentos em P&D, exportação e inserção internacional de PMEs fez com que o governo criasse, prorrogasse e sistematizasse instrumentos de apoio já existentes de forma a fortalecer e diversificar a estrutura produtiva do Brasil.

A política também conta com mecanismos de apoio específicos para o setor de TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação) que, como vimos, é um dos setores mais afetado pela penetração dos produtos chineses.

Dentre os objetivos da Política industrial para este setor podemos destacar:

- Implantar 2 empresas de circuito integrado
- Aumentar o número de “design houses” do programa CI Brasil de 7 para 14 e fortalecer a sua atuação.
- Instalar uma empresa de manufatura de painéis delgados com tecnologia emergente.
- Instalar uma empresa fornecedora global de insumos para displays.
- Reduzir a penetração de importações de TICs do complexo eletrônico para 30%.
- Interromper a trajetória ascendente do déficit comercial do complexo eletrônico.

Para alcançar os objetivos propostos para o setor a PDP prevê mecanismos de desonerações específicos para o setor de TICs como:

- Dedução em dobro da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das despesas com capacitação com pessoal próprio;
- Permissão para que as empresas possam reduzir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os dispêndios relativos a P&D&I multiplicados por um fator de até 1,8;
- Redução da contribuição patronal para a seguridade social sobre a folha de pagamento de 20% para até 10%, e da contribuição para o Sistema S para até zero de acordo com a participação das exportações no faturamento da empresa;

- Ampliar a definição de empresa predominantemente exportadora (de 80% para 50% do faturamento) para efeito de suspensão do PIS/COFINS na aquisição de bens de capital (REPES).

Apesar de o conjunto de iniciativas propostas na nova Política Industrial ser extremamente positivo, é preciso ficar atento para algumas questões que precisam ser tratadas com mais cuidado.

A Política Macroeconômica não pode ser antagônica à estratégia de desenvolvimento industrial. Portanto, pensar em aumentar investimentos por meio da Política Industrial não pode ser contraposto pelo aumento da **Taxa Selic**, assim como propor metas de aumento de exportação não pode se contrapor às constantes **valorizações do câmbio**.

As equalizações e desonerações tributárias da PDP representam um total de recursos de 0,3 % do PIB o que numa **carga total** de 37% do PIB ainda não consegue equalizar nossas condições de competição com a China.

As ações são bem vindas, mas necessitam ser ampliadas de forma a se tornarem efetivamente eficazes na promoção da equalização do nosso ambiente competitivo com o de nossos concorrentes internacionais.